

prevista na Resolução Normativa nº 186, de 14 de janeiro de 2008, alterada pela Resolução Normativa nº 252, de 28 de abril de 2011, observadas as seguintes especificidades:

I - a portabilidade especial de carências pode ser exercida por todos os beneficiários da operadora, independentemente do tipo de contratação e da data de assinatura dos contratos;

II - o beneficiário que esteja cumprindo carência ou cobertura parcial temporária na SAÚDE MEDICOL S/A., pode exercer a portabilidade especial de carências sujeitando-se aos respectivos períodos remanescentes;

III - o beneficiário que esteja pagando agravo e que tenha menos de 24 (vinte e quatro) meses de contrato no plano de origem pode exercer a portabilidade especial de carências, podendo optar pelo cumprimento de cobertura parcial temporária referente ao tempo remanescente para completar o referido período de 24 (vinte e quatro) meses, ou pelo pagamento de agravo a ser negociado com a operadora do plano de destino.

IV - o beneficiário que tenha 24 (vinte e quatro) meses ou mais de contrato no plano de origem pode exercer a portabilidade especial de carências tratada nesse artigo sem o cumprimento de cobertura parcial temporária e sem o pagamento de agravo.

§1º Não se aplicam à portabilidade especial de carências tratada nesse artigo os requisitos previstos nos incisos I e II e o disposto nos §§ 2º, 3º e 4º do artigo 3º de Resolução Normativa nº 186, de 14 de janeiro de 2009.

§2º Aplicam-se à portabilidade especial de carências os requisitos previstos nos incisos III, IV e V e o disposto no § 1º do artigo 3º da Resolução Normativa nº 186, de 14 de janeiro de 2009.

§3º Serão consideradas, para fins de compatibilidade dos planos e como parâmetro de comercialização, as Notas Técnicas de Produto - NTRP, vigentes na data da publicação desta Resolução Operacional.

§4º Terá validade de 5(cinco) dias o relatório que indica o plano de destino extraído do módulo "portabilidade especial" do guia de planos do sítio eletrônico da ANS na internet.

§5º Na portabilidade especial de carências, a comprovação de cumprimento do requisito previsto no inciso I do artigo 3º da Resolução Normativa nº 186, de 14 de janeiro de 2009 se dá através da apresentação de cópia dos comprovantes de pagamento de pelo menos quatro boletos vencidos, referentes ao período dos últimos seis meses.

Art. 2º No caso de o boleto de pagamento englobar o pagamento de mais de um beneficiário de plano de plano individual e/ou familiar, e sendo impossível a discriminação individualizada das contraprestações pecuniárias, considerar-se-á o valor global do boleto para efeito de compatibilidade de produtos da portabilidade extraordinária.

Art. 3º A partir da publicação desta Resolução Operacional, a SAÚDE MEDICOL S/A. deve enviar comunicado a todos os seus beneficiários, por qualquer meio que assegure a sua ciência, no prazo de 10 (dez) dias, informando a abertura de prazo para exercício da portabilidade especial de carências.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ LONGO ARAÚJO DE MELO
Diretor Presidente

RESOLUÇÃO OPERACIONAL - RO Nº 1.685, DE 2 DE SETEMBRO DE 2014

Dispõe sobre a instauração do Regime de Direção Técnica na operadora PLAMED PLANO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA LTDA.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, no uso das atribuições que lhe confere o art. 86, inciso II, alínea "c" do Regimento Interno, aprovado pela Resolução Normativa RN nº 197, de 16 de julho de 2009, na forma do disposto no art. 24 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, alterada pela Medida Provisória nº 2.177-44, de 24 de agosto de 2001, em reunião ordinária de 04 de agosto, considerando as anormalidades administrativas graves que colocam em risco a continuidade do atendimento à saúde, de acordo com os elementos constantes do processo administrativo n.º 33902.812664/2011-71, adotou a seguinte Resolução Operacional e eu, Diretor-Presidente, na forma do disposto nos incisos I e III, do art. 82, da RN 197 de 16 de julho de 2009, determino a sua publicação:

Art. 1º Fica instaurado o Regime de Direção Técnica na operadora PLAMED PLANO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA LTDA, registro ANS nº 343463, inscrita no CNPJ sob o nº 15.594.468/0001-29.

Art. 2º Esta Resolução Operacional - RO entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ LONGO ARAÚJO DE MELO
Diretor-Presidente

DIRETORIA DE FISCALIZAÇÃO NÚCLEO NA PARANÁ

DECISÃO DE 29 DE AGOSTO DE 2014

A Chefe de Núcleo - NUCLEO DA ANS PARANA, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria nº RN 331 pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no inciso V do artigo II-A da RN 219/2010, e no parágrafo único do art. 22, no art.15, inc. V c/c art. 25, todos da RN nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN nº 155, de 5/6/2007, vem por meio deste dar ciência às Operadoras, relacionadas no anexo, da decisão proferida em processos administrativos.

TATIANA NOZAKI GRAVE

ANEXO

Número do Processo na ANS	Nome da Operadora	Número do Registro Provisório ANS	Número do CNPJ	Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora)	Valor da Multa (R\$)
25782.016800/2011-84	ATUAL SAÚDE LTDA.	376663.	00.767.013/0001-90	Descumprir as regras para formalização dos instrumentos jurídicos com prestadores de serviço de saúde. (art. 1º da RN 54/2003 c/c art. 4º, II e IV, da Lei 9.961)	7000 (SETE MIL REAIS)
25782.003418/2011-19	AMIL ASSISTÊNCIA MÉDICA INTERNACIONAL S.A.	326305.	29.309.127/0001-79	Deixar de garantir a cobertura obrigatória de procedimento de análise de DNA previstas no art. 12 da Lei 9656/98 e sua regulamentação (Art.12, I, "b" da Lei 9.656)	80000 (OITENTA MIL REAIS)

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO, CONTROLE E MONITORAMENTO

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.375, DE 2 DE SETEMBRO DE 2014

O Superintendente de Fiscalização, Controle e Monitoramento da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem a Portaria nº. 993 da Anvisa, de 11 de junho de 2014, publicada no D.O.U. de 13 de junho de 2014, aliada aos incisos III e VII do art. 123 do Regimento Interno da Anvisa, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº. 650 da Anvisa, de 29 de maio de 2014, publicada no D.O.U. de 2 de junho de 2014, e suas alterações,

considerando o artigo 7º da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976;

considerando a comunicação de recolhimento voluntário encaminhada pela empresa Germed Farmacêutica Ltda., referente ao lote 601530.1 do medicamento Contracep - suspensão injetável, tendo em vista a presença de corpo estranho em ampola inviolada, resolve:

Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, a suspensão da distribuição, comércio e uso, em todo o território nacional, do lote 601530.1 (val.: 01/16) do medicamento CONTRACEP - SUSPENSÃO INJETÁVEL, ampola de 1 mL, fabricado pela empresa Germed Farmacêutica Ltda. (CNPJ: 45.992.062/0001-65), localizada à Rodovia Jornalista Francisco Aguirre Proença, S/N, Km 08 - Chácara Assay, Hortolândia/SP.

Art. 2º Determinar que a empresa promova o recolhimento das unidades existentes no mercado relativas ao lote descrito no art. 1º, conforme Resolução-RDC nº 55/2005.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO HAGE CARMO

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.376, DE 2 DE SETEMBRO DE 2014

O Superintendente de Fiscalização, Controle e Monitoramento da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem a Portaria nº. 993 da Anvisa, de 11 de junho de 2014, publicada no D.O.U. de 13 de junho de 2014, aliada aos incisos III e VII do art. 123 do Regimento Interno da Anvisa, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº. 650 da Anvisa, de 29

de maio de 2014, publicada no D.O.U. de 2 de junho de 2014, e suas alterações,

considerando os arts. 12, 50 e 67, I, da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976;

considerando o art. 7º, XV, da Lei nº 9.782 de 26 de janeiro de 1999;

considerando a Resolução SES nº 958, de 27 de junho de 2014, da Secretaria de Estado de Saúde do Rio de Janeiro, que interditou e suspendeu a venda e uso no âmbito do Estado do Rio de Janeiro dos produtos Emusin 15, Max Floor 10, Foam Gel, DV Foam 85, Desodair, DV Cloro, Polideg, Alubrite, Alubrite C, Soluclin, Hand Clean e Ciltest HC, fabricados por Davis Produtos Sintéticos e Serviços Ltda., por não possuírem registro nesta Agência;

considerando que a empresa Davis Produtos Sintéticos e Serviços Ltda. não possui Autorização de Funcionamento de Empresa, resolve:

Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, a suspensão da fabricação, distribuição, divulgação, comercialização e uso, em todo o território nacional, dos produtos EMUSIN 15, MAX FLOOR 10, FOAM GEL, DV FOAM 85, DESODAIR, DV CLORO, POLIDEG, ALUBRITE, ALUBRITE C, SOLUCLIN, HAND CLEAN e CILTEST HC, bem como de todos os produtos sujeitos à vigilância sanitária fabricados pela empresa Davis Produtos Sintéticos e Serviços Ltda. (CNPJ 30.527.394/0001-00), situada à Rua Francisco Siqueira, 55 - Inhaúma, Rio de Janeiro/RJ.

Art. 2º Determinar que a empresa que promova o recolhimento dos produtos remanescentes no mercado relacionados no art. 1º dessa Resolução.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO HAGE CARMO

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.377, DE 2 DE SETEMBRO DE 2014

O Superintendente de Fiscalização, Controle e Monitoramento da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem a Portaria nº. 993 da Anvisa, de 11 de junho de 2014, publicada no D.O.U. de 13 de junho de 2014, aliada aos incisos III e VII do art. 123 do Regimento Interno da Anvisa, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº. 650 da Anvisa, de 29 de maio de 2014, publicada no D.O.U. de 2 de junho de 2014, e suas alterações,

considerando o art. 23 da Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977; considerando o Laudo de Análise Fiscal nº 4003.1P.0/2013, emitido pelo Instituto Nacional de Controle de Qualidade em Saúde (INCQS/FIOCRUZ), apresentando resultados insatisfatórios no ensaio de análise de rotulagem para todos os produtos constituintes do kit Exxa Marroquina- Defrisagem Gradativa Argan Oil e no ensaio de determinação de pH para o produto Gloss Redutor de Volume Exxa Marroquina, resolve:

Art. 1º. Determinar, como medida de interesse sanitário, a interdição cautelar, em todo o território nacional, do kit EXXA MARROQUINA- DEFRIAGEM GRADATIVA ARGAN OIL, composto dos seguintes produtos: lote T87875 (val.: 08/2016) do SHAMPOO PURIFICANTE EXXA MARROQUINA, lote 878758 (val.: 08/2016) do SELANTE NUTRITIVO EXXA MARROQUINA e lote 87872 (val.: 08/2016) do GLOSS REDUTOR DE VOLUME EXXA MARROQUINA, fabricados pela empresa Devintex Cosméticos Ltda. (CNPJ: 01.773.518/0001-20), localizada na Rua Albino de Moraes, nº 418 - Vila Carioca, São Paulo/SP.

Art. 2º. Determinar, como medida de interesse sanitário, a interdição cautelar, em todo o território nacional do lote 87872 (val.: 08/2016) do GLOSS REDUTOR DE VOLUME EXXA MARROQUINA, vendido isoladamente ou em demais associações, fabricado pela empresa Devintex Cosméticos Ltda. (CNPJ: 01.773.518/0001-20), localizada na Rua Albino de Moraes, nº 418 - Vila Carioca, São Paulo/SP.

Art. 3º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação e vigorará pelo prazo de 90 (noventa) dias.

EDUARDO HAGE CARMO

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.378, DE 2 DE SETEMBRO DE 2014

O Superintendente de Fiscalização, Controle e Monitoramento da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem a Portaria nº. 993 da Anvisa, de 11 de junho de 2014, publicada no D.O.U. de 13 de junho de 2014, aliada aos incisos III e VII do art. 123 do Regimento Interno da Anvisa, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº. 650 da Anvisa, de 29 de maio de 2014, publicada no D.O.U. de 2 de junho de 2014, e suas alterações,

considerando os arts. 12, 25 e 67, I, da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976;

considerando o art. 7º, XV, da Lei nº 9.782 de 26 de janeiro de 1999;